

Junho de 2010-dezembro de 2010: secretária técnica do Secretariado Técnico para a Igualdade da CIG — Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, enquanto organismo intermédio do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) com funções de gestão técnica, administrativa e financeira de tipologias de intervenção na área da Igualdade de Género.

Janeiro de 2009-junho de 2010: assessora da Secretária de Estado da Promoção da Igualdade de Timor Leste, através da UNWOMEN, para a área da Igualdade de Género e Desenvolvimento.

Novembro de 2005-dezembro de 2008: adjunta do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros para a área da igualdade de género e relações internacionais.

Outubro de 2003-outubro de 2005: formadora (com certificação pelo IEFP) para as áreas da igualdade de género, aprendizagem intercultural, gestão organizacional e de projetos, liderança e gestão de equipas, comunicação e relações públicas — junto de entidades públicas e privadas de âmbito nacional e europeu.

Agosto de 1996-setembro de 2001: diretora nacional da Intercultura/AFS — Associação de Juventude de âmbito nacional para a Aprendizagem Intercultural, membro de plataformas de nível nacional (CNJ — Conselho Nacional de Juventude), europeu (EFIL — European Federation for Intercultural Learning) — ambas com representação no Fórum Europeu de Juventude, Bruxelas — e internacional (AFS — Intercultural Programs, Inc., Nova Iorque).

209765397

Despacho n.º 9860/2016

Considerando o fim da comissão de serviço da titular do cargo de vice-presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género em 31 de julho de 2016;

Considerando que a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género é dirigida por um presidente, coadjuvado por um vice-presidente, cargos de direção superior de 1.º e 2.º grau respetivamente, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 1/2012, de 6 de janeiro, e que é necessário assegurar no imediato o regular funcionamento da mesma;

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente da Administração Pública, na redação em vigor, prevê no seu artigo 18.º que o recrutamento dos titulares de cargos de direção superior, designadamente de 1.º grau, é efetuado dentre indivíduos licenciados, vinculados ou não à Administração Pública, que possuam competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções, na sequência de procedimento concursal;

Considerando que, nos termos do artigo 27.º da mesma lei, os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos e situações ali previstas e observados os requisitos legais;

Considerando que será oportunamente dado início ao procedimento concursal a que se refere o artigo 18.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação em vigor:

1 — Designo, nos termos do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto, e 125/2015, de 3 de setembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente da Administração Pública, e do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 1/2012, de 6 de janeiro, o licenciado Carlos Miguel Rodrigues Duarte, para exercer o cargo de vice-presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, em regime de substituição, cujo currículo académico e profissional, anexo ao presente despacho, evidencia o perfil adequado e é demonstrativo da aptidão, competência técnica, experiência profissional e formação adequadas para o desempenho do cargo.

2 — O presente despacho produz efeitos em 16 de agosto de 2016.

26 de julho de 2016. — O Ministro Adjunto, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*.

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome — Carlos Miguel Rodrigues Duarte.
Data de nascimento — 1 de novembro de 1970.
Nacionalidade — portuguesa.

Habilitações académicas:

Desde dezembro de 2015 — a frequentar o mestrado em Políticas Públicas no ISCTE-IUL — Instituto Universitário de Lisboa.

Entre 1988 e 1993 — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com especialização em Ciências Jurídico-Públicas.

Formação complementar:

Julho de 1999 — pós-graduação em Ciências Jurídico-Públicas na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica de Lisboa;

Fevereiro de 1995 — pós-graduação em Relações Internacionais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade Técnica de Lisboa.

Experiência profissional:

Fevereiro de 2015 — técnico superior no Ministério dos Negócios Estrangeiros (Direção-Geral dos Assuntos Europeus), no âmbito de procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 1831/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 27, de 7 de fevereiro;

Março de 2013 — chefe de divisão das Políticas Setoriais, na Direção de Serviços das Políticas Internas e Setoriais, da Direção-Geral dos Assuntos Europeus (Ministério dos Negócios Estrangeiros), com responsabilidades na coordenação da posição nacional no domínio dos transportes, energia, telecomunicações, sociedade da informação e política social da União Europeia;

Março de 2012 — chefe de divisão das Políticas Setoriais, na Direção de Serviços das Políticas Internas e Setoriais, da Direção-Geral dos Assuntos Europeus (Ministério dos Negócios Estrangeiros), em regime de substituição, com responsabilidades na coordenação da posição nacional no domínio dos transportes, energia, telecomunicações, sociedade da informação e política social da União Europeia;

Julho de 2009 — conselheiro na Embaixada de Portugal em Madrid, até 29 de fevereiro de 2012;

Janeiro de 2009-13 de julho de 2009 — na Assessoria Jurídica e de Contencioso do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP);

Outubro de 2005-31 de dezembro de 2008 — membro do Comité do Emprego da União Europeia, por designação de S. Ex.ª o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, até 31 de dezembro de 2008;

Janeiro de 2003-dezembro de 2008 — conselheiro técnico principal na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, em Bruxelas, para a área do emprego, assuntos sociais e igualdade de género;

Abril de 2002-dezembro de 2002 — na Assessoria Jurídica e de Contencioso do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP);

Dezembro de 2000-abril de 2002 — assessor para as relações internacionais do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, acompanhando, em particular, as matérias relativas à União Europeia, cooperação no âmbito das relações luso-espanholas e cooperação bilateral, em particular com os PECO (Países da Europa Central e Oriental) candidatos ao alargamento;

Julho de 2000 — técnico superior assessor do mapa de pessoal do IEFP;

Outubro de 1999-dezembro de 2000 — na estrutura de apoio técnico para a preparação e acompanhamento da Presidência Portuguesa do Conselho de Ministros da União Europeia (1.º semestre de 2000), no Gabinete do Ministro do Trabalho e da Solidariedade;

Junho de 1995 — ingresso na carreira técnica superior do mapa de pessoal do IEFP desempenhando funções no Departamento de Gestão Integrada de Programas;

Fevereiro de 1995 — advogado pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados, atualmente com inscrição suspensa a seu pedido;

Setembro de 1994 — ingresso no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), ao abrigo de um Protocolo de Estágio, desempenhando funções no Departamento de Gestão Integrada de Programas.

209765412

Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

Despacho n.º 9861/2016

1 — Considerando que o Programa do XXI Governo Constitucional tem como uma das suas principais prioridades «construir uma sociedade mais igual» e que para cumprir esta prioridade é necessário valorizar as políticas públicas, transversais e abrangentes a toda a Administração Pública;

2 — Considerando que, para cumprir essa prioridade, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género é um instrumento fundamental para a operacionalização de uma mudança estratégica no âmbito da política da igualdade, que passe por:

a) Estabelecer uma relação mais próxima e profícua com as organizações não governamentais na área das competências da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, quer na operacionalização